

GESTÃO

RECONSTRUIR
P E L A
BASE
SISMUC - CUT

jornal do SISMUC

sindicato dos servidores públicos municipais de curitiba • FILIADO À **CUT**

Impresso
Especial

3600158300/2003-DR/PR
Sind. Serv. Públ.
Munic. de Curitiba
... CORREIOS ...



PRIMAVERA NOS DENTES

Secos & Molhados

Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste

Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade decepada
Entre os dentes, segura a Primavera

EDITORIAL!

Valorização, vamos avançar!

Em 2005, adotamos como lema na campanha salarial a frase **Sou servidor não desisto nunca: Valorização eu quero já!** Valorização para o servidor municipal significa condições de trabalho para desenvolver suas funções; proteção contra acidentes de trabalho e doenças profissionais; salário digno para sustentar a família; assistência à saúde com qualidade; ambientes livres de assédio moral; aposentadoria com dignidade.

Lutamos para conquistar na Prefeitura de Curitiba uma política salarial que corrija as distorções dos salários, recompense os prejuízos dos resíduos inflacionários e torne realidade o ganho real na data base fixada em 31 de março por lei municipal.

Estes são os desafios para os quase 30 mil servidores e o motivo pelo qual estamos em permanente mobilização para obter o apoio da sociedade às nossas justas reivindicações. A atual gestão repetiu o descaso das administrações anteriores no descumprimento da lei da data base e negando os principais itens da pauta dos trabalhadores. Quando o prefeito Beto Richa propôs reajuste par-



celado para os salários (3% em julho e 3% em dezembro), desafiou os trabalhadores a mostrar seu poder de mobilização. Por esta razão os servidores organizados no Sismuc e Sismmac responderam firmemente, através de ato público que paralisou a Prefeitura no dia 13 de maio.

Conquistamos a reabertura das negociações, forçando a administração a retroagir do reajuste parcelado. Saímos às ruas para mostrar ao povo de Curitiba a real situação dos salários

e pedir apoio através do abaixo assinado em defesa da valorização do servidor municipal.

Em setembro retomaremos as negociações para a reposição das perdas salariais que somam 21%. Estamos unidos na perspectiva de tornar a palavra valorização realidade no dia-a-dia do trabalhador dos serviços públicos.

Marilena Silva - assistente social, presidente do SISMUC.

Na Boca Maldita, os manifestantes pediram o apoio da população para a campanha de valorização dos servidores municipais

AGENDA

20 E 21 DE SETEMBRO

Seminário "A Situação Financeira da PMC e o Reajuste dos Servidores", às 18h30, no Sismuc. Inscrições gratuitas pelos telefones 3322.2475 (Sismuc) e 3225.6729 (Sismmac).

22 DE SETEMBRO

Reunião do Coletivo dos Aposentados às 15h30 no auditório do Sismuc.

27 DE SETEMBRO

III Encontro do Movimento de Valorização do Idoso, às 8h30, no auditório do Anexo II da Câmara Municipal de Curitiba. Promoção do MOVI (Movimento de Valorização do Idoso), em comemoração ao Dia Nacional do Idoso.

28 DE SETEMBRO

Reunião de representantes por local de trabalho, em dois horários: 17h e 19h, no auditório do Sismuc. As reuniões prosseguem até o final do ano, nos dias 4 de outubro, 9 de novembro e 7 de dezembro.

Você sabia que...

A formação de THD (Técnico em Higiene Dental) e ACD (Auxiliar de Consultório Dentário) é legal, mas a profissão não é regulamentada?

E que está tramitando no Congresso Nacional o projeto de lei 1140/03, que trata desta regulamentação?

E que o SISMUC está ao lado da categoria na luta pela regulamentação?

Conheça seus direitos! Venha para o SISMUC! Juntos, nós teremos muito mais força!

EXPEDIENTE

DIRETORIA SISMUC
Gestão Reconstruir pela Base

Presidente:
Marilena Silva

Secr. Geral:
Delouides de Barros Franco

Secr. de Finanças:
Rosana do Rocio Negrissoli

Secr. de Assuntos Jurídicos:
Cleuza Antunes

Secr. de Administração e Informática:
Marco Antonio Kucek

Secr. de Ass. Culturais:
Sandra Nazaré B. de Barboza

Secr. de Formação Sindical / Est. Sócio

Econômicos:
Michel Deolindo

Secr. de Imprensa e Comunicação:
Alessandra Claudia de Oliveira.

Secr. de Organização:
Cecília de Souza Lima e Natalia de Paula Santos, Ester Capula Duarte, Irene Rodrigues dos Santos

Conselho Fiscal:
Maria Figueiredo Coutinho, Ivone Maria Ribeiro dos Santos, Ivanira Bianchi e Augusto Luiz da Silva.

Suplentes
Antonio Carlos de Mello, Edson Pereira dos Santos, Fernando Christiano Zimmermann, Mário César R. dos S. Santos, Maria de Fátima Paiva, Pedro Cirilo da Silva, Ilma Alves Borlím

Suplentes Conselho Fiscal
Celine Greboge

Jose de Paiva

Journal do
SISMUC!

SISMUC
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba.

Endereço: Rua Monsenhor Celso, 225 - 9º andar - Centro - 80.010-913 - Curitiba/PR.

Fone/Fax: 3322-2475

Email: sismuc@onda.com.br

Jornalista Responsável: Sandro Benjamim André - 2425/10-32/PR

Diagramação e desenhos: Armazém de Criação

Fotos: Sandro Benjamim André

Impressão e Fotolito: Gráfica Helvética

Tiragem: 10.000 exemplares

CIDADANIA

Curitiba terá Conselho Municipal da Cidade

Foi o que decidiu a maioria dos 500 delegados da 2ª Conferência das Cidades de Curitiba

Centenenas de pessoas participaram da 2ª Conferência das Cidades de Curitiba, nos dias 29, 30 e 31 de julho, na Reitoria da UFPR. Os delegados do encontro aprovaram a criação do Conselho Municipal de Curitiba, o que deve acontecer até o final de novembro. Neste prazo, o projeto deverá ser apreciado pela Câmara dos Vereadores.

Quando o conselho estiver constituído, seus membros terão o objetivo de monitorar e propor políticas públicas, assim como participar da elaboração de planos setoriais em áreas como transporte e habitação. A proporcionalidade do conselho será de 58% de representantes da sociedade civil e 42% da

área governamental.

No processo de discussões e proposições, durante a conferência, foram ressaltados aspectos que vão desde a participação e controle da sociedade sobre a cidade; a questão federativa em habitação, saneamento, mobilidade e urbanismo; o controle urbanístico e regionalização metropolitana; formas e mecanismos para o financiamento da cidade.

A realização da conferência é uma das etapas para a elaboração do Plano Diretor Participativo de Curitiba. A meta do Ministério das Cidades é que todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes, e também daqueles que fazem parte de Regiões Metropolitanas, tenham elaborado seus Pla-

nos até 2006. As posições serão encaminhadas à Conferência Estadual das Cidades, marcada para o dia 22 de setembro, em Foz do Iguaçu.

POSICIONAMENTO

Os participantes presentes ao encontro destacaram a importância da criação do conselho. "Lutamos por uma participação democrática na tomada de decisões que interferem na vida de todos os cidadãos de Curitiba, e aí se incluem os servidores públicos municipais", afirma a presidenta do Sismuc, Marilena Silva.

"Trata-se de um resgate da cidadania", opina a vereadora Professora Josete. "O grande desafio



A próxima etapa de discussões será a Conferência Estadual das Cidades, no dia 22 de setembro, em Foz do Iguaçu

será tornar o conselho viável para que funcione na prática".

"É um instrumento de fortalecimento da representatividade popular e uma forma de interação institucional. Como cidadã, me vejo discutindo o destino da minha cidade, do meu filho, do meu neto. É uma discussão sobre o futuro, integrada e participativa", diz Maria de Fátima Paiva, especialista em

Educação de Adultos e Geronto.

A diretora-executiva da CUT/PR, Débora Albuquerque, acredita que houve o amadurecimento de um processo iniciado em 2003. "Na época o movimento popular e sindical discutiu a questão, mas não tínhamos meios para criar o conselho, o que está ocorrendo agora, com a adesão do poder público".

EDUCAÇÃO INFANTIL

Proposta quer vetar recursos para educação de 0 a 3 anos

Pela PEC 415, verbas do Fundeb não iriam para as creches. Movimento nacional promove manifestações exigindo a inclusão do atendimento da chamada "primeira infância"

Está em trâmite no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que significa um grande retrocesso para a educação infantil de zero a três anos. Pela proposta, as creches que atendem crianças na chamada primeira infância não terão direito a receber verbas do Fundeb, o novo fundo

que substituirá o Fundef.

O novo fundo atenderá os alunos da pré-escola (4 a 5 anos), ensino fundamental e médio e a educação de jovens e adultos a partir do ano que vem, mas inexplicavelmente deixa de lado as crianças menores.

Esta posição provocou a revolta de educadoras e educadores de

todo o país. Diversas manifestações estão sendo realizadas, de modo a reverter este quadro que, em última análise, atende os interesses dos secretários municipais de educação.

As mobilizações têm o apoio do Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (MIEIB), presente em 19 estados, através

dos fóruns de educação infantil, com objetivo de interferir nas propostas apresentadas para a educação infantil. No Paraná, diversas entidades apóiam o movimento, entre elas o SISMUC e o SISMMAC.

Essa proposta evidencia incoerências com os preceitos constitucionais (artigos 7º, 208 e 211), desrespeita a prioridade absoluta que deve ser dada a crianças e adolescentes (artigo 227), inviabiliza as metas do PNE, além de descumprir os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Tal posição coloca-se na contramão das atuais medidas defendidas pelo Governo Federal, de ações inclusivas e afirmativas que visam promover a igualdade de oportunidades, numa sociedade es-

truturalmente desigual. O atendimento em creches é, na educação nacional, o que apresenta os mais baixos índices de oferta e os piores indicadores de qualidade.

Não garantir condições objetivas, no escopo do padrão nacional de financiamento da educação, para assegurar o direito constitucional ao atendimento em creches públicas, é um mecanismo discriminatório e injusto com parcela da população que apresenta uma situação de extrema desigualdade de oportunidades de desenvolvimento: as crianças de 0 a 3 anos.

Nesta perspectiva, sinaliza a possibilidade de retrocesso na integração das creches ao sistema educacional e na melhoria da qualidade do atendimento.

ENTREVISTA: JOSÉ LEMOS - PRESIDENTE DA APP - SINDICATO

Em defesa do funcionalismo público

Em entrevista ao *Jornal do Sismuc*, o professor José Lemos, candidato à reeleição para a Presidência da APP-Sindicato, fala sobre a luta dos servidores públicos por melhores salários, um plano de carreiras justo e condições de trabalho dignas. Ele também comenta a greve de fome de 1998, último recurso contra o projeto que ameaçava a carreira do magistério estadual

Ele já foi agricultor, e foi assim que descobriu sua vocação para o sindicalismo. Ainda no interior do Paraná, fundou a associação de pequenos agricultores de seu município.

Concluiu seus estudos e então descobriu uma outra vocação, a de professor. Primeiro, ensinou na escola municipal de sua terra natal. Mais tarde, passou a lecionar no colégio estadual de Capitão Leônidas Marques. Virou presidente da associação dos pequenos municípios daquela localidade.

O próximo passo foi ocupar a Presidência do Núcleo da APP-Sindicato em Cascavel. Em 2002, foi eleito presidente do maior sindicato do Paraná. Agora, busca continuar seu trabalho à frente APP, encabeçando a Chapa 1, que tem como lema "Independência, democracia e luta: sempre unindo e conquistando".

Em entrevista exclusiva ao *Jornal do Sismuc*, o presidente da APP-Sindicato, professor José Rodrigues Lemos, fala sobre seu trabalho no magistério e no sindicalismo e, de uma forma muito especial, da luta para construir uma sociedade mais justa e humana.

Uma luta que incluiu coragem, inteligência e uma grandeza tamanha que o motivou a fazer uma greve de fome, durante o governo Jaime Lerner, para denunciar um projeto que significava o fim da carreira do magistério estadual. Histórias que você acompanha na entrevista a seguir.

Qual é o seu objetivo à frente da APP?

Nosso objetivo é construir uma sociedade mais justa. E a escola tem muita contribuição a dar para a construção desta nova sociedade. Mas esta escola tem que ser boa, tem que receber investimentos. É



"a escola tem muita contribuição a dar para a construção desta nova sociedade. Mas esta escola tem que ser boa, tem que receber investimentos"
Professor José Lemos

por isso que cobramos do governo do Estado a construção de mais escolas, de mais salas de aula.

Como está a situação das escolas paranaenses?

Falta muita coisa. É preciso que o governo construa bibliotecas nas escolas. E que forneça novos livros para aquelas escolas que possuem bibliotecas, mas que continuam com o seu acervo totalmente desatualizado. Também queremos o governo faça novos laboratórios para as escolas. Mas que também forneça equipamentos, pois de nada adianta um laboratório que não tenha sequer um tubo de ensaio.

O governo deve construir novas quadras de esporte. Mas deve também oferecer a cobertura para estas quadras. Do contrário, os alunos e os professores de educação física continuarão expostos ao sol, ao frio e à chuva. E sem quadra de esportes não existe aula de educação física.

Como você vê a questão dos servidores?

É necessário que se invista no professor e no funcionário da escola. Os servidores têm direito a uma carreira justa e um salário digno, estejam na ativa ou aposentados. Precisamos de um sistema de saúde decente, que atenda a todos, inclusive os estatutários. E que tenha uma boa qualidade de atendimento, o que não é o caso do nosso sistema atual.

Como é a relação da APP com o Sismuc e o Sismmac?

Queremos construir uma nova sociedade, de mãos dadas com as demais entidades sindicais. O Sismuc e o Sismmac são sindicatos irmãos. Juntos fazemos nossos cursos de formação, nossas mobilizações. Somos irmãos de classe e de categoria. Somos usuários dos serviços prestados pelos funcionários públicos de Curitiba. Pessoalmente, tenho filhos que estudam em escolas públicas municipais. Queremos a melhoria do serviço público, queremos um mundo onde não existam explorados nem exploradores.

Como foi enfrentar uma greve de fome em 1998?

Foi nosso último recurso. O então governador Jaime Lerner queria acabar com o regime estatutário, queria terceirizar a educação. Aquele projeto mata a carreira e a esperança dos celetistas. Era final de ano. Não havia como mobilizar a categoria, que estava de férias. Então resolvemos fazer uma greve de fome, aqui mesmo, no plenarinho da Assembleia Legislativa. No sétimo dia da greve, a imprensa nacional já denunciava as pretensões de Lerner. Ele então retirou o projeto e nós fomos vitoriosos.



Os professores estaduais do Paraná fizeram passeata no último dia 30 de agosto, em reivindicação por melhores salários e condições dignas de trabalho. Desde 1988, quando uma manifestação dos professores em greve foi violentamente reprimida, este é o Dia de Luto e de Luta da Educação Paranaense



Campanha pela conversão da dívida externa em Educação

A Campanha Nacional pela Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação, iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) foi às ruas no Dia do Estudante, 11 de agosto, em Curitiba. Diretores da APP-Sindicato, Sismuc, Sismmac e educadores estiveram na Boca Maldita. O objetivo foi divulgar e colher assinaturas para o anteprojeto de lei que pede a conversão da dívida externa em recursos para a educação pública.

A data foi escolhida especialmente para envolver os estudantes e chamá-los a construir uma educação pública com mais qualidade. A coleta de assinaturas faz parte de campanha nacional coordenada pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e por suas entidades afiliadas, como a APP-Sindicato e o Sismmac.

A Costa Rica e a África do Sul são exemplos de países que elaboraram projetos ambientais que foram financiados com recursos das dívidas desses países, negociados com credores. A meta é impulsar a proposta e estimular o debate entre os vários setores da sociedade.

Números

Atualmente, a dívida externa brasileira – foco da campanha da CNTE – encontra-se na ordem de 201,3 bilhões de dólares (R\$ 513,3 bilhões). Deste total, a União detém aproximadamente 38%, ou seja, US\$ 77.1 bilhões, correspondendo a R\$ 196.6 bilhões, com câmbio a R\$2,55.

Contudo, além da dívida externa, o país possui uma dívida pública interna que supera a primeira e corrobora com políticas macroeconômicas restritivas, sobretudo de juros e superávit fiscal, as quais impactam fortemente o potencial de investimento na área social.

ATO PÚBLICO

População apóia servidores em manifestação na “Boca”



Durante ato público dos servidores na Rua das Flores, populares se manifestaram em apoio aos trabalhadores e reclamaram da falta de investimentos em áreas prioritárias para a cidade

Os servidores municipais voltaram a se reunir na Boca Maldita para buscar assinaturas da população, em apoio ao manifesto por melhores condições de trabalho e de salários. Os populares manifestaram seu apoio ao ato dos servidores por melhores salários e condições de trabalho e também revelaram sua indignação quanto à falta de investimentos da Prefeitura nos setores que consideram prioritários – saúde, educação, moradia e segurança pública – principalmente nos bairros mais afastados do centro.

Para o fiscal de rendas Iran Cordeiro, nos últimos anos a Prefeitura tem feito “um processo de terceirização sem limites, com a contratação de ‘escravidãos’ (sic), desincentivando o servidor públi-

co da cidade, o que é muito ruim”. Ele afirma que a capital paranaense “tem uma grande pujança econômica, mas não observa os preceitos constitucionais”.

Com relação à Câmara de Vereadores, Iran Cordeiro opina que a maioria dos legisladores se prende a “nomenclatura de placas de ruas e títulos honorários, mas não desempenha seu papel principal, que é fiscalizar as ações do executivo municipal”.

O trabalhador autônomo Leones Gonçalves afirma que as áreas de saúde e educação “vão muito mal” e considera a tarifa de ônibus abusiva: “O dinheiro vai todo para as empresas”, afirma. “Também deviam pegar o valor gasto em propaganda e pagar melhor os servidores”.

“É uma luta justa dos servido-

res municipais”, diz o professor Jorge Eduardo Miranda. “Os trabalhadores que fazem esta cidade precisam ser melhor remunerados”, afirma. “Tem muita propaganda falando que Curitiba é um paraíso na terra, mas isso não é verdade. Tem muito o que melhorar em saúde e educação”, protesta Miranda.

A também professora Silmara Coutinho concorda: “Falamos que a educação é uma maravilha em Curitiba, mas isso é pura enganação”, diz. “Na área da saúde, fazem os postos de saúde mais lindos, mas são muito bonitos”, explica. “Quanto aos ônibus, diminuiu a tarifa mas a URBS tirou os ônibus de circulação. Aqui é a única cidade que o ônibus lota também aos domingos”, afirma Silmara.



Diretores do Sismuc coletam assinaturas para o manifesto dos servidores municipais de Curitiba

PLANO CRUZADO

Beneficiados pela ação 2048 terão direito a valores residuais

Depois de receber as diferenças salariais em 2001, agora estes trabalhadores terão direito ao pagamento de resíduos e correções desta mesma ação

Em 1989, o SISMUC ajuizou ação em nome dos sindicalizados daquela época, cobrando valores referentes às diferenças salariais do período de janeiro de 1986 a julho de 1987. Estes valores foram recebidos em 2001. Agora, os beneficiados pela ação 2048/89 terão direito a valores residuais e correções devidas a eles.

O processo está em fase de execução e, em breve, o SISMUC deverá começar a chamar os servidores que terão direito a receber os valores da correção da ação. A ação 2048/89 questionou o não-paga-

mento dos chamados “gatilhos salariais” aos servidores celetistas (as famosas URP’S do Plano Cruzado).

Existem outras ações que questionaram o direito à mesma reparação para os trabalhadores estatutários, porém para estes casos não houve ganho de causa, embora as ações continuem tramitando na instância superior.

Solicitamos a todos que mantenham atualizados seus endereços, telefones de contato e locais de trabalho junto ao SISMUC, para facilitar sua localização quando for necessário.

NEGOCIAÇÕES SETORIAIS**Servidores do IPPUC negociam melhores condições de trabalho**

Conforme previsto na pauta de reivindicações, durante o mês de agosto houve a negociação setorial com o IPPUC. Os servidores organizados definiram em reunião a pauta específica daquele setor, elegeram a comissão de negociação e buscaram defender as reivindicações do coletivo.

Os resultados desta negociação demonstraram o quanto vale a pena estarmos unidos na busca da valorização. Muitas conquistas foram obtidas nesta negociação como o mapeamento dos riscos à segurança no trabalho, adequação dos espaços físicos, a realização dos exames periódicos e a implementação da comissão de estudos para o plano de carreira dos servidores do IPPUC.

CEMAES

Outra categoria que também obteve conquistas com a negociação setorial foram os técnicos dos Cen-



Sismuc e os servidores do IPPUC negociam pauta específica

tros Municipais de Atendimento Especializado -CEMAEs. Estes profissionais reivindicavam há mais de onze anos a definição da lotação na secretaria da saúde, uma vez que na Educação não há previsão das carreiras de Psicólogo, Assistente Social, Fonoaudiólogo e Fisioterapeuta.

Na negociação com a comissão organizada no SISMUC, ficou definido que a partir de outubro os trabalhadores serão lotados no Distrito da SMS com direito ao IDQ e estarão realizando estudos para a redefinição das atividades nos CEMAES.

JURÍDICO**Andamento das ações judiciais coletivas**

Estamos publicando o andamento das ações coletivas para que os servidores possam acompanhar a situação de cada processo movido pelo Sismuc. Para outras informações e outras ações, procure o Sindicato. Ou acesse o site www.assejepar.com.br

1. AÇÃO DO CRESCIMENTO VERTICAL DOS EDUCADORES

Autos: 42718/000 - 4ª Vara da Fazenda Pública Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba. Trata-se da ação em que o SISMUC ajuizou um mandado de segurança para fosse refeita a classificação no procedimento, excluindo os trinta pontos concedidos para aqueles educadores que tinham o magistério.

Naquele momento o juiz concedeu uma liminar suspendendo o procedimento.

A ação está aguardando remessa para o Tribunal de Justiça para o reexame da questão. Estamos em negociação para o pagamento do retroativo.

2. AÇÃO DAS FÉRIAS COLETIVAS DE 2003

Autos: 3364/2003 - 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas.

Trata-se de uma ação que questiona o decreto que concedeu férias coletivas de 10 dias entre o natal e o feriado do primeiro dia do ano de 2003, em diversos setores da Prefeitura.

O decreto estabelecia ainda que estes dias seriam descontados das férias dos servidores que já tinham direito adquirido e como antecipação dos demais.

Em fevereiro de 2005 saiu à sentença mandando que a Prefeitura não desconte estes dias dos servidores. Obtivemos a vitória na primeira instância, mas ainda cabe recurso. Aguarda parecer do Tribunal de Justiça.

3. AÇÃO DA PROGRESSÃO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

4ª Vara da Fazenda Pública Autos:

Rápidas Rápidas Rá**SISMUC NA INTERNET**

O novo site do Sismuc na Internet poderá ser acessado no endereço eletrônico www.sismuc.org.br. Basta um clique para poder ler o Jornal do Sismuc, ter acesso às leis que dizem respeito ao servidor municipal, saber o andamento dos processos movidos pelo Sindicato e muito mais. Aguarde!

REUNIÃO DE REPRESENTANTES

A próxima reunião de representantes por local de trabalho será no dia 28 de setembro, em dois horários: às 17h e às 19h, no Sismuc. Agende-se e traga suas propostas, dúvidas e solicitações dos colegas. E atenção: anote no calendário as reuniões até o final do ano, que acontecem nos dias 4 de outubro, 9 de novembro e 7 de dezembro.

COLETIVO DE APOSENTADOS

Servidores inativos e que planejam se aposentar não podem perder as reuniões do Coletivo de Aposentados. É um espaço de discussão dos direitos destas companheiras e companheiros que têm uma história de vida, de luta e de bons serviços prestados à nossa cidade. A próxima reunião será no dia 22 de setembro, às 15h30, no Sismuc.

COLETIVO DE SAÚDE

O Coletivo da Saúde está se reunindo sempre na segunda-feira de cada mês, às 18h30, no Sismuc. Venha e participe. Sua presença é muito importante.

ENCONTRO DA TERCEIRA IDADE

No Dia Nacional do Idoso, 27 de setembro, será promovido o III Encontro do Movimento de Valorização do Idoso, às 8h30, no auditório do Anexo II da Câmara Municipal de Curitiba. O encontro terá como tema "A responsabilidade da sociedade organizada e do governo na implementação do Estatuto do Idoso". Promoção da ONG MOVI (Movimento de Valorização do Idoso).

41431/0000

Em primeira instância, foi julgado que a Prefeitura agiu dentro da legalidade, ao acabar com a Progressão Funcional. O Sismuc recorreu e aguarda parecer do TJ.

4. AÇÃO DA PROGRESSÃO DOS SERVIDORES DO IPPUC

1ª Vara da Fazenda Pública - Autos: 2597/2003

Aguarda sentença.

5. AÇÃO DA PROGRESSÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO CULTURAL

1ª Vara da Fazenda Pública - autos: 2596/2003

Está com o juiz para proferir a sentença.

6. AÇÃO DA PROGRESSÃO DA FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL

4ª Vara da Fazenda Pública - autos: 41468/0000

Foi proferida sentença improcedente. O Sismuc recorreu e aguarda parecer do Ministério Público do Paraná.

7. AÇÃO DO SISMUC E DO SISMMAAC

requerendo o pagamento da diferença da data-base de 2003.

1ª Vara da Fazenda Pública - autos 2097/2003. Está com o juiz para proferir sentença.

8. AÇÃO JUDICIAL DO SISMUC E DO SISMMAAC pedindo a declaração da nulidade da compra do Edifício Delta Corporate, pelo IPMC, sem licitação.

Em primeira instância nosso pedido foi atendido.

O IPMC e a Prefeitura recorreram, mas o Tribunal de Justiça manteve a sentença.

Na 2ª Vara da Fazenda Pública - Autos 95/2002 - foi mantida a sentença. O IPMC recorreu ao Tribunal de Justiça, que analisará a admissibilidade do recurso.

9. AÇÃO DA PREMIAÇÃO DOS APOSENTADOS

4ª Vara da Fazenda Pública - autos: 43466/0000

Recorremos para o Tribunal de Justiça e ainda não foi julgado.

DIREITOS

Emenda muda regras para aposentadoria dos servidores

Para cada ano trabalhado após o cumprimento do tempo mínimo de contribuição se diminuirá um ano na idade mínima para aposentadoria

No último dia 5 de julho foi promulgada a Emenda Constitucional 47/2005. Esta emenda modificou a Emenda Constitucional 41, de 31 de dezembro de 2003. Dentre os pontos modificados pela emenda, merece destaque uma nova regra de transição. Na forma desta regra, cada ano trabalhado após o cumprimento do tempo mínimo de contribuição (30 anos para as mulheres, 35 para os homens) diminui um ano na idade mínima para aposentadoria. Aplica-se apenas para aqueles servidores que tenham 25 anos de serviço público, quinze anos na carreira e 5 anos no cargo e tenham ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998.

VEJA ALGUNS EXEMPLOS

Servidora

Tempo de contribuição	Idade
30 anos	55 anos
31 anos	54 anos
32 anos	53 anos
33 anos	52 anos
34 anos	51 anos
35 anos	50 anos

Servidor

Tempo de Contribuição	Idade
35 anos	60 anos
36 anos	59 anos
37 anos	58 anos
38 anos	57 anos
39 anos	56 anos
40 anos	55 anos

PARIDADE

A Emenda 47 também restabeleceu a paridade e isonomia para aqueles que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e preenchem os requisitos para aposentadoria integral (artigo 7º da EC 41/2003).

Para os demais servidores, tais como pedagogos e diretores de escola, que se aposentaram com base em 30 e 35 anos, a regra é a mesma, no entanto, o tempo de serviço público passa para 25 anos. As regras da EC 47 são retroativas a 31 de dezembro de 2003. Persistindo as dúvidas, procure o departamento jurídico do Sindicato.

PLANO DE CARREIRAS

Depois de uma longa espera, começa o processo de transição

Em que pesem nossas discordâncias, participar da transição é o caminho legal recomendável para que mais trabalhadores possam acessar o crescimento vertical em 2006

Desde que foi aprovada a Lei Municipal número 11.000, de 3 de junho de 2004, milhares de servidores esperavam pelo processo de transição, que oportuniza a passagem da parte especial para a parte permanente dos cargos existentes no chamado Plano de Carreiras da PMC.

Todos sabemos que o processo de elaboração desta lei não ocorreu de forma democrática, pois não houve espaço para a participação dos principais interessados: os trabalhadores. Por essa razão, sabemos também que esse não é o plano sonhado pelos servidores.

O sentimento da maioria dos companheiros e companheiras é de que o plano é excludente (que o digam os aposentados), uma vez que não valoriza os que há muito se dedicam pelo serviço público municipal.

O maior questionamento é a instalação de um clima de competitividade entre os servidores, uma vez que o crescimento na carreira não está assegurado para todos. Já vivenciamos tal situação no crescimento vertical da guarda municipal e dos educadores, com disputa judicial e frustração para muitos dos que se esforçaram para subir de nível, cumpriram as exigências e até hoje não receberam o que lhes é devido.

Apesar de todas essas implicações, nossa intervenção como sindicato na defesa dos trabalhadores, em parte garantiu que fossem revistos alguns equívocos na regulamentação do plano. Encaminhamos sugestões para a Câmara, para a PGM e para a SMRH, para assegurar o acesso e alguns avanços para os trabalhadores.

Na pauta de reivindicações de 2005, uma das solicitações foi quanto à revisão das normas e a garantia da representação dos trabalhadores nas comissões específicas para desencadear os procedimentos. Também oficiamos a SMRH em 14/02/05, para a realização da transição, cumprindo o disposto na lei.

Mas é importante lembrar: em que pesem nossas discordâncias, participar da transição é o caminho legal recomendável para que mais trabalhadores possam acessar o crescimento vertical em 2006. Afinal, um dos requisitos da lei dispõe que só poderão participar desse procedimento os servidores que já estiverem na parte permanente do cargo.



Muitos servidores participaram das aulas preparatórias realizadas na sede do Sismuc

PARA ENTENDER O PROCESSO DE TRANSIÇÃO

Por definição da lei 11.000/04, foram enquadrados na parte especial todos aqueles servidores cujos cargos sofreram alteração quanto ao requisito de escolaridade mínima exigido para o ingresso na carreira.

Por exemplo: vamos citar o caso dos auxiliares de serviços escolares que fizeram concurso público, cuja exigência era comprovar a 4ª série do 1º grau. Depois da lei 11.000, os novos concursos devem exigir o ensino fundamental completo (8ª série do 1º grau).

Assim, todos os servidores desse cargo só passarão à parte permanente quando fizerem o procedimento de transição.

O procedimento consiste em prova de conhecimentos na 1ª fase e 2ª fase, com a comprovação da escolaridade através de histórico escolar. Há também os casos em que, além da escolaridade, existe agora a exigência de curso de qualificação profissional (Guarda Municipal e Profissional Polivalente).

NÍVEL BÁSICO

Deverão passar pela transição os servidores e servidoras dos seguintes cargos: Ascensorista, Atendente de Secretaria, Artífice, Auxiliar Administrativo Operacional, Auxiliar de Nutrição, Auxiliar de Serviços Escolares, Cozinheiro, Motorista, Profissional

Polivalente e Tratador de Animais.

NÍVEL MÉDIO

Deverão passar pela transição os servidores e servidoras dos seguintes cargos: Agente Administrativo, Auxiliar de Enfermagem, Fiscal, Agente Cultural, Operador Técnico Cultural, Técnico em Patologia Clínica, Educador e Guarda Municipal.

INSCRIÇÕES

Em 2005, os procedimentos iniciaram-se com as inscrições no período de 8 a 18 de agosto. As provas aconteceram no dia 28 de agosto (nível básico) e 4 de setembro (nível médio). A 2ª fase (comprovação da escolaridade) inicia-se em 26 de setembro e vai até 7 de outubro para o nível básico. De 28 de setembro até 7 de outubro para o nível médio.

Quem deixar de participar, em razão de não possuir a escolaridade exigida para o cargo, não tiver participado do curso de qualificação profissional ou não alcançar a nota mínima de 5,0 na prova de conhecimentos, poderá fazê-lo até o ano de 2012.

É importante que todos conheçam os editais que estabelecem as normas dos procedimentos, ficando atentos também para os prazos de recursos, as homologações e os resultados divulgados.

ICS

Servidores terão acesso a programa de prevenção

Serão atendidos cerca de 15 mil servidores municipais de todas as secretarias, pelos próximos dez meses

Uma proposta defendida há anos pelo Sismuc será adotada pelo ICS a partir de setembro. O programa prevê o investimento em ações de prevenção a cerca de 15 mil servidores, durante os próximos dez meses. Apresentada ao Conselho de Administração do ICS no fim de julho passado, a proposta consiste em ampliar e intensificar o desenvolvimento do programa especial "Vida Melhor" para todos os setores da Prefeitura. O programa tem por intuito identificar e monitorar portadores de fatores de risco para doenças cardiovasculares em pessoas com mais de 35 anos. Os objetivos são a melhoria da qualidade de vida dos servidores, com ações de pre-

venção e acompanhamento da evolução das doenças existentes.

Para atender todos os 15 mil servidores, foi elaborado um novo planejamento para o programa. Os exames de colesterol, glicemia, aferição da pressão arterial, peso e altura serão executados nos locais de trabalho.

De acordo com dados estatísticos, cerca de 5 mil servidores podem apresentar fatores de risco cardiovasculares (2 mil com menor risco e 3 mil com maior risco). Os casos mais complexos vão necessitar de exames complementares, como ecocardiograma, testes de esforço, cintilografia e outros. A proposta sugere que os exames complementares sejam realizados pela

rede contratada do ICS. Dos 1,2 mil servidores, cerca de 500 serão de casos mais graves e 200 vão necessitar de procedimentos cirúrgicos.

Será efetuada uma convocação dos servidores em cada local, com data pré-definida, com apresentação de uma palestra para todos os servidores que quiserem participar. Baseando-se em dados do ICS, o rastreamento dos fatores de risco revelou que 53% dos servidores avaliados nos últimos três anos apresentaram fatores de risco para doenças cardiovasculares. Por isso, é importante que todos participem das palestras e façam seus exames. A prevenção é boa para todos.

Nos BAIRROS

Encontros aproximam Sismuc e categoria

Servidores recebem informações e falam da importância de contarem com a visita do Sindicato

OSismuc promoveu, no dia 12 de agosto, o primeiro encontro regionalizado com os servidores municipais, nas dependências do CAIC, Bairro Novo. Foi uma atividade de aproximação do sindicato com os servidores que trabalham naquela região. Houve troca de informações e levantamento da situação com os trabalhadores presentes. Novos encontros já estão sendo agendados para outras regiões da cidade. Quem tiver interesse pode entrar em contato pelo telefone 3322-2475 ou pelo e-mail: sismuc@onda.com.br.

Os servidores presentes ao en-

contro tiraram dúvidas sobre o Plano de Carreiras e falaram sobre a importância de estar em contato com o Sindicato. Uma servidora polivalente com 20 anos de PMC, lotada na SMEL, disse que ficou impressionada com o volume de informações apresentadas na reunião do Sindicato. "Ouvi muitas coisas que não sabia".

Para uma educadora que está há nove anos na Prefeitura, a participação dos trabalhadores nestes eventos é fundamental. "Aprendemos muito neste encontro. É importante que todos participem".

Setembro: primavera de muitas lutas

Amobilização dos servidores públicos municipais será intensificada em setembro. Retomamos este mês as negociações com a administração municipal, mas continuamos a postos para reivindicar nossos direitos a salários dignos e condições de trabalho decentes.

Queremos o cumprimento da legislação. E isto significa recebermos as perdas salariais provocadas pela política administrativa da Prefeitura nos últimos anos.

Queremos um plano de carreiras que realmente signifique avanços em nossa profissão, a qual fazemos com amor e dedicação. E para isso vamos nos mo-

bilizar e cobrar dos legisladores uma postura comprometida com os trabalhadores do município.

Queremos alimentação de qualidade, e sabemos que isto é perfeitamente possível. Queremos transporte público onde possamos trabalhar, sem ter que deixar boa parte do nosso salário nas catracas dos terminais de ônibus. Sabemos que estas empresas lucram muito, pois do contrário já teriam se retirado há muito tempo.

A propaganda tem sido a marca registrada da administração de Curitiba nos últimos anos. Mas fazer propaganda sem valorizar os trabalhadores, que são os responsáveis pela qualidade dos serviços presta-

dos à população, é uma atitude que condenamos.

Os servidores já demonstraram sua força na mobilização do 13 de maio. Sabemos que somos capazes de fazer muito mais. A administração municipal também sabe disso. Em setembro, estamos retomando as negociações com a Prefeitura.

Estamos mobilizados e faremos uma avaliação do que nos foi apresentado pela administração. No próximo dia 14 de setembro, estaremos em assembléia geral conjunta do Sismuc com o Sismmac. Estamos em movimento de luto e de luta, e este é o momento de todos unirem forças! Companheiras e companheiros, nossa hora chegou!



Os servidores já demonstraram sua força na mobilização do 13 de maio. Sabemos que somos capazes de fazer muito mais. A administração municipal também sabe disso